



## Restrição a decisões individuais do STF pode ser votada hoje

Também pode ser analisado texto que estende a produtos extrativistas animais, como a pesca, benefícios concedidos a vegetais

O Plenário do Senado pode votar hoje a proposta de emenda à Constituição que restringe as decisões individuais de ministros do Supremo Tribunal Federal e dos demais tribunais. A PEC também impõe limites a pedidos de vista, que terão duração máxima de quatro meses. O texto, do senador Oriovisto Guimarães, é relatado por Esperidião Amin.

Também está na pauta projeto que estende aos produtos de manejo extrativista de origem animal, como a pesca, benefícios concedidos aos de origem vegetal. A intenção é garantir renda mínima aos produtores. **3**



Weverton, Wellington, Lucas, Davi, Serra e o secretário-geral, Bandeira, em sessão no Plenário

Roque de Sá/Agência Senado — 7/8/2019

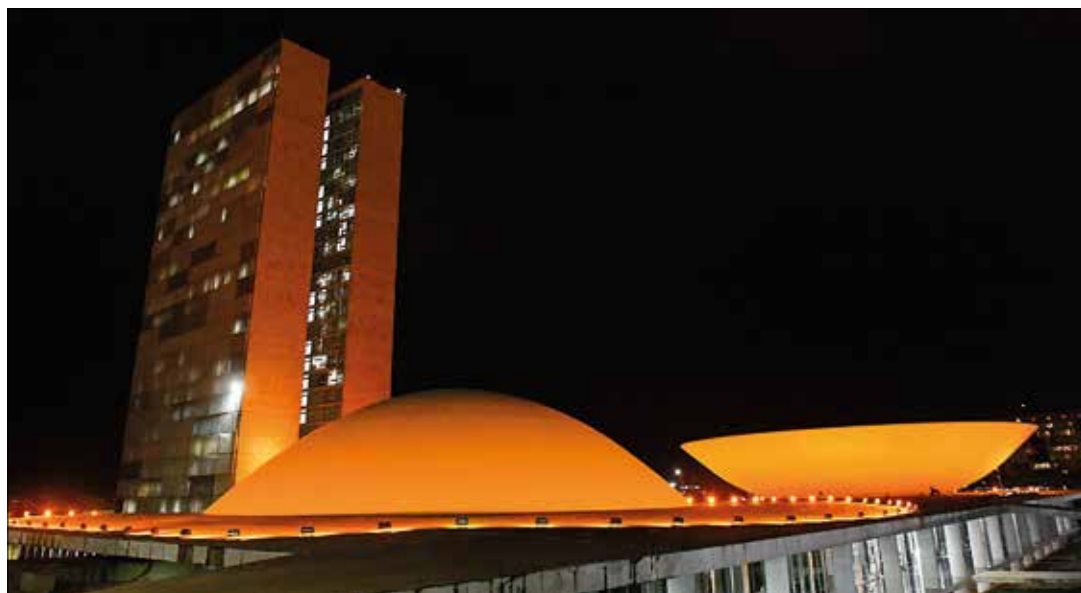
## Congresso instala Comissão Mista de Mudanças Climáticas

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, instala hoje, às 14h30, a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas. Na sexta-feira, Davi disse que o colegiado é o foro adequado para centralizar o debate sobre as queimadas na floresta amazônica. Para ele, o assunto merece atenção diferenciada e o Congresso deve ajudar o país a apresentar soluções efetivas para o problema. O papel da comissão, criada em 2008 e composta por senadores e deputados, é acompanhar, monitorar e fiscalizar ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. No biênio 2019-2020, o colegiado será presidido pelo senador Alessandro Vieira. A relatoria ficará a cargo de um deputado. **3**

## Comissão discute proposta que modifica Lei da TV Paga

Texto de Vanderlan Cardoso que acaba com as restrições à propriedade cruzada entre empresas de telefonia e internet e emissoras de rádio e TV e produtoras e programadoras de TV paga será discutido hoje em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia. **2**

As cúpulas do Congresso foram iluminadas ontem de laranja e ficam com essa cor até 31 de agosto para lembrar o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esclerose Múltipla, celebrado em 30 de agosto. A iluminação atende um pedido da Associação Amigos Múltiplos pela Esclerose (AME). A esclerose múltipla é uma doença autoimune que afeta o sistema nervoso (cérebro e medula), atingindo funções ligadas ao trânsito de informações dos neurônios para o resto do corpo. Entre os sintomas, estão formigamento, fraqueza muscular e problemas de equilíbrio, urinários e cognitivos.



Marcos Oliveira/Agência Senado — 1/8/2018

## Sindicalistas criticam medidas do governo

No debate “O Estado necessário para o desenvolvimento brasileiro no século 21”, promovido pela Comissão de Direitos Humanos, sindicalistas criticaram medidas como a PEC da Previdência, cortes no Orçamento e ainda a possibilidade de acabar com a estabilidade do funcionalismo. **4**

## Programa Médicos pelo Brasil será tema de debate

A comissão mista da medida provisória que criou o Programa Médicos pelo Brasil fará audiência hoje, às 14h30, com o vice-presidente do Conselho Federal de Medicina, Mauro Ribeiro,

e a secretária especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Sílvia Waiãpi, entre outros.

O programa substitui o Mais Médicos e é aberto a profissionais brasileiros e estrangeiros. **2**



O relator da MP, Confúcio Moura (E), e o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, na instalação da comissão

Roque de Sá/Agência Senado — 21/8/2019

## Política monetária é tema de debate com presidente do Banco Central

Medida provisória dos contratos da Aeronáutica começa a ser analisada **2**

Colegiado promove audiências públicas a respeito da reforma tributária **3**

# Propriedade cruzada em comunicação será debatida

Audiência hoje na Comissão de Ciência e Tecnologia vai discutir projeto que acaba com a proibição de empresas de telefonia e internet deterem mais de 30% do capital de emissoras de rádio e TV

O FIM DAS restrições à concentração de propriedade entre telefônicas, emissoras de radiodifusão e empresas que produzem conteúdo será discutido hoje na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), a partir das 14 horas. O objetivo da audiência é debater o projeto que altera a Lei do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), ou Lei da TV Paga (Lei 12.485, de 2011). Apresentado pelo presidente da CCT, senador Vanderlan Cardoso (PP-GO), o PL 3.832/2019 acaba com as restrições à propriedade cruzada entre empresas de telefonia e internet e emissoras de rádio e TV e produtoras e programadoras de TV paga. A legislação atual determina que uma empresa de telefonia não pode ter mais do que 30% do capital de uma emissora de rádio ou TV ou produtora de TV paga com sede do Brasil, nem explorar diretamente esses serviços. As emissoras e produtoras não podem ter mais do que 30% do capital de uma empresa de telefonia e nem explorar diretamente



Vanderlan Cardoso é o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia

serviços dessa natureza. Para Vanderlan, não há, razões para se restringir antecipadamente a propriedade cruzada. O relator, senador Arolde de Oliveira (PSD-RJ), recomenda a aprovação do texto com duas emendas. Para ele, à época da aprovação da lei atualmente em vigor, o crescimento do mercado de TV por assinaturas era vigoroso, e as projeções apontavam para até 30 milhões de assinantes nos anos seguintes, mas não foi o que ocorreu. O rápido avanço da internet levou à popularização de aplicações de vídeo sob demanda, como YouTube e Netflix, diminuindo

o interesse pelas TVs por assinatura tradicionais. Dos 20 milhões de assinantes em 2014, em maio de 2019, já eram menos de 17 milhões. Para ele, a decadência do serviço é considerada irreversível, sendo apenas uma questão de tempo para sua completa substituição por aplicações de vídeo pela internet. Em breve não haverá mais obstáculos técnicos para distribuição de conteúdo audiovisual pela internet em larga escala, e a existência de um serviço de telecomunicações específico de TV por assinatura, como o SeAC, será injustificável”, argumenta.

## Alvaro Dias exalta protestos contra Lei de Abuso de Autoridade

Alvaro Dias (Podemos-PR) comemorou em Plenário a participação de brasileiros nas manifestações de domingo. Segundo o senador, cidadãos foram às ruas exigir que o presidente Jair Bolsonaro vete integralmente a lei de abuso da autoridade, aprovada pela Câmara. Para Alvaro, a lei é um retrocesso. — Parabéns aos brasileiros que foram às ruas, são os verdadeiros artífices da mudança, que se opera de forma lenta e gradual, mas que já se torna visível aos nossos olhos.



Voldeimir Barreto/Agência Senado

## Marcos Rogério defende liberdade tarifária no setor aéreo

Marcos Rogério (DEM-RO) defendeu ontem em Plenário liberdade tarifária e maior concorrência no setor aéreo. O senador disse que a população sofre com altos preços e baixa ofertas de voos em território nacional, principalmente no interior. — Em muitas localidades, sequer ofertas de voos há, o que causa transtornos para o povo que necessita. Não temos uma interligação aérea plena em nosso país. Em muitos lugares, o caminho até o aeroporto mais próximo dista 300 quilômetros.



Voldeimir Barreto/Agência Senado

## Paulo Paim ressalta Semana Nacional da Pessoa com Deficiência

Paulo Paim (PT-RS) ressaltou em Plenário a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, realizada anualmente entre 21 e 28 de agosto. O senador comemorou o aniversário de 20 anos da assinatura pioneira do decreto 39.678, de 1999, pelo então governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, que instituiu políticas públicas a pessoas com deficiência no estado. Segundo Paim, foi a partir daquele momento que começaram a ser implantadas salas de recursos nas escolas, a comunicação em Libras e a acessibilidade arquitetônica.

# Colegiado vai discutir MP que prorroga contratos da Aeronáutica

A comissão mista da medida provisória que autoriza a prorrogação de 30 contratos temporários do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI) fará audiência hoje, às 14h30.

A MP 887/2019 prorroga os contratos firmados a partir de junho de 2015 até 30 de junho de 2021. A estimativa do impacto financeiro da prorrogação é de R\$ 1,7 milhão em 2019, R\$ 3,2 milhões em 2020 e R\$ 1,7 milhão em 2021.

De acordo com o governo, a prorrogação se deve ao novo cronograma do projeto KC-390, um cargueiro de uso militar que está sendo desenvolvido pela Embraer e que é certificado pelo IFI.

O término da certificação da aeronave, previsto inicialmente para o terceiro trimestre de 2018, deve se estender até o primeiro semestre de 2021, em função de questões técnicas e orçamentárias.

# Medida que criou Médicos pelo Brasil começa a ser analisada

A medida provisória que cria o Programa Médicos pelo Brasil para substituir o Mais Médicos será tema de debate hoje em comissão mista. Participam representantes da Universidade de São Paulo (USP), do Conselho Nacional de Saúde e da Comissão Nacional de Residência Médica, entre outros.

A MP 890/2019 pretende

suprir a demanda de médicos, além de formar especialistas em medicina de família e comunidade. Serão oferecidas 18 mil vagas, sendo 13 mil em municípios de difícil acesso.

O colegiado é presidido pelo deputado Ruy Carneiro (PSDB-PB) e tem o senador Confúcio Moura (MDB-RO) como relator.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



### CDH Transição na Previdência

9h Audiência sobre cálculo de benefícios e regras de transição na reforma da Previdência Social.

### CE Renovação do Fundeb

9h Audiência para discutir renovação e revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Às 11h, pauta de 15 itens.

### CI Bilhete rodoviário

9h Entre 7 itens, o PLC 153/2015, que garante segunda via de bilhete rodoviário.

### CAE Presidente do Banco Central

10h Audiência com Roberto Campos Neto para discutir política monetária.

### CTEC Instituição Fiscal Independente

10h30 Análise da indicação de Daniel Veloso Couri para diretor da IFI. Depois, pauta com 11 itens.

### CCJ Reforma tributária

14h Audiência para discutir a PEC 110/2019, que reformula o sistema tributário.

### CCT Produção de conteúdo de TV

14h Debate sobre o PL 3.832/2019, que altera a Lei da TV Paga (Lei 12.485, de 2011).

### PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h A PEC 82/2019, que trata de pedidos de vista em tribunais superiores, está na pauta.

### CMC Instalação

14h30 Instalação e eleição.

### CMO Crédito suplementar

14h30 Crédito suplementar de R\$ 3 bilhões ao Executivo é um dos 5 itens.

### MP 887/2019 Contratos da Aeronáutica

14h30 Audiência pública.

### MP 890/2019 Médicos pelo Brasil

14h30 Audiência pública.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvío Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

# Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal  
**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer  
**Diagramação:** Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Plenário pode votar limite a decisão individual no STF

Proposta regulamenta a concessão de medida cautelar por ministros do STF e dos demais tribunais. Caso aprovada, a suspensão de um ato normativo só poderá ocorrer por maioria absoluta

PODE SER VOTADA hoje no Plenário a proposta de emenda à Constituição que disciplina decisões individuais e pedidos de vista nos tribunais. A PEC 82/2019 tem o senador Oriovisto Guimarães (Pode-PR) como primeiro signatário. O relator, Esperidião Amin (PP-SC), explica que a proposta restringe o poder de concessão de cautelar de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e demais tribunais e impõe prazo a pedidos de vista, que terão duração máxima de quatro meses.

Também está pronto para votação o PL 2.104/2019, que estende aos produtos de manejo extrativista de origem animal, como a pesca, benefícios econômicos concedidos aos de origem vegetal. O projeto, já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), tem parecer favorável de Eduardo Braga (MDB-AM). O texto amplia o universo de produtos contemplados pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), que contribui para garantir renda mínima aos produtores e permitir que continuem suas atividades de forma sustentável. Para amanhã, está marcada a votação da PEC 98/2019, que trata da cessão onerosa e permite a divisão dos recursos arrecadados pela União nos leilões do pré-sal com estados e municípios.

Também amanhã, o Congresso discute e vota, às 11h, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020. Antes, deputados e senadores



Senadores Braga, Paulo Rocha, Davi e Wagner e o secretário-geral, Bandeira

terão de analisar 14 vetos que trancam os trabalhos da sessão conjunta e têm prioridade de votação. Entre eles, está o veto do presidente da República, Jair Bolsonaro, à franquia de bagagem em voos domésticos.

A gratuidade para bagagem de até 23 quilos despachada nos aviões a partir de 31 assentos havia sido incluída pelo Congresso em medida provisória que liberou capital estrangeiro em companhias aéreas (MP 863/2018).

## Sanção

Ao sancionar a norma, Bolsonaro retirou do texto essa isenção, mantendo em vigor a regulamentação que dá gratuidade apenas para bagagens de mão com até 10 quilos.

A autorização para cobrança do despacho de bagagem foi dada, em 2016, pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), órgão responsável pela fiscalização do setor. O Congresso agora poderá manter o veto ou derrubá-lo, restabelecendo a gratuidade.

Estão também na pauta vetos

relacionados às regras para fiscalização de benefícios previdenciários e ao funcionamento das agências reguladoras.

## Orçamento

A proposta da LDO (PLN 5/2019) foi aprovada no dia 8 pela Comissão Mista do Orçamento (CMO) e manteve o projeto original do Poder Executivo de reajuste do salário mínimo para R\$ 1.040 em 2020, sem ganhos reais.

Em relação ao valor atual (R\$ 998), o aumento nominal será de 4,2%, mesma variação prevista para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação neste ano.

O texto prevê para 2020 um déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para o governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), menor, que o deste ano, de R\$ 139 bilhões. Desde 2014, as contas do governo federal estão no vermelho, e o texto prevê que essa situação perdure até 2022.

A LDO orienta a elaboração da proposta orçamentária e a execução do Orçamento.

## Comissão de Mudanças Climáticas será instalada

O Congresso Nacional vai instalar hoje, às 14h30, a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas (CMMC). A comissão mista foi criada em 2008 para acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. Neste biênio, o colegiado será presidido pelo senador Alessandro

Vieira (Cidadania-SE). A instalação contará com a presença do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para quem a comissão deve centralizar o debate sobre os incêndios que atingem os estados da Amazônia. A expectativa é que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, também participe do ato.



Alessandro Vieira foi escolhido para presidir o colegiado

## Presidente do BC discute política monetária hoje

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, comparece hoje, às 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para falar sobre diretrizes, implementação e perspectivas da política monetária.

A iniciativa é de Eduardo

Braga (MDB-AM). O artigo 99 do Regimento Interno do Senado prevê que a comissão promoverá audiências públicas regulares com o presidente do Banco Central para discussão da política monetária.

O regimento estabelece ain-

da que as audiências ocorrerão nas primeiras quinzenas de fevereiro, abril, julho e outubro, podendo haver alterações de datas decorrentes de entendimento entre a comissão e a presidência do Banco Central, e ainda, em atendimento a requerimento de senador.

## Reforma tributária terá mais duas audiências em colegiado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) promoverá mais duas audiências sobre a proposta de emenda à Constituição que institui a reforma tributária. O texto (PEC 110/2019) é uma iniciativa de líderes partidários e tem assinaturas de 67 senadores. Os debates estão marcados para hoje e quinta-feira, às 14h.

A PEC extingue os seguintes tributos: IPI, IOF, PIS/Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-combustíveis e CSLL (federais); ICMS (estadual); e ISS (municipal). Será criado imposto sobre o valor agregado de competência estadual, chamado de IBS, e imposto sobre bens e serviços específicos, o Imposto Seletivo, de competência federal.

O IBS não será aplicado sobre medicamentos e alimentos. Como será de competência estadual, mas com uma única legislação federal, a arrecadação deverá ser administrada por associação de fiscos estaduais. Já o Imposto Seletivo incidirá sobre produtos específicos, como petróleo e derivados; combustíveis e lubrificantes; cigarros; e energia elétrica e serviços de telecomunicações. Lei complementar vai definir quais produtos e

serviços estarão no Imposto Seletivo, recaindo sobre os demais o IBS estadual.

Para a audiência de hoje, foram convidados os presidentes das confederações nacionais da Indústria, Robson Braga de Andrade; da Agricultura e Pecuária do Brasil, João Martins da Silva Junior; e do Comércio, José Roberto Tadros, além dos presidentes da Federação Brasileira de Bancos, Murilo Portugal, e da Organização das Cooperativas do Brasil, Márcio Lopes de Freitas.

## Receita

Já na quinta-feira devem comparecer o secretário especial da Receita Federal do Brasil, Marcos Cintra, e o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Rafael Fonteles, além de representantes da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais, da Confederação Nacional de Municípios e da Frente Nacional de Prefeitos.



Simone, presidente do colegiado, e Roberto Rocha, relator, em debate

## Rodrigues critica postura de Macron sobre Amazônia

Chico Rodrigues (DEM-RR) criticou ontem a repercussão das queimadas na Amazônia. Para o senador, incêndios florestais ocorrem de forma periódica no Brasil e em vários países, mas sem alarde, e são algo natural.

Ele disse que o presidente francês, Emmanuel Macron, usa o momento por que passa a Amazônia para compensar a baixa popularidade, e que as declarações tentam intimidar o governo brasileiro, que tem adotado postura firme em defesa da soberania nacional.

## Kajuru pede diplomacia na política ambiental

Jorge Kajuru (Patriota-GO) sugeriu ontem que o presidente Bolsonaro tenha humildade e adote outra postura em relação à política ambiental.

— Se, por um lado, temos de analisar bem como aceitar a ajuda de países ricos, sem comprometer a soberania, por outro lado, tudo o que está acontecendo pode significar a oportunidade para uma reflexão sobre uma política duradoura para a região amazônica, que contemple a preservação do meio ambiente.

# Governo promove desmonte do Estado, aponta audiência

Em debate ontem na Comissão de Direitos Humanos, sindicalistas criticaram medidas como a PEC da Previdência, cortes no Orçamento e a possibilidade de acabar com a estabilidade dos servidores

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DO governo e a reforma da Previdência foram criticadas em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH). O colegiado reuniu sindicalistas para discutir “O Estado necessário para o desenvolvimento brasileiro no século 21”, atendendo requerimento do presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS).

Para o presidente da Associação dos Servidores do Ipea (Afipea), José Celso Cardoso, a reestruturação do sistema proposto pelo governo resultará em perda de qualidade da política e em um colapso da prestação de serviços a médio e longo prazos. Ele defendeu a manutenção da estabilidade do funcionalismo público, ações para a cooperação entre as instituições e garantias de remuneração e capacitação dos servidores.

— O que está se propondo como modelo de desenvolvimento e sociedade é contrário à experiência exitosa que construímos no país ao longo de sua história republicana — afirmou.

A representante da Associação dos Empregados da Financiadora de Estudos e Projetos (Afin-Finep), Beatriz



Paim (C) comanda o debate sobre o papel do Estado no desenvolvimento

Helena de Nascimento Alves, afirmou que o Brasil não conta com um projeto de desenvolvimento sustentável. Para ela, o governo utiliza o argumento da crise econômica para promover mudanças na Previdência e nos direitos trabalhistas, quando o intuito real é fragilizar as relações de emprego e desmontar as organizações. — Estamos perdidos num caminho errado que não nos levará a lugar nenhum — criticou.

## Universidades

Representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Cláudio Anselmo de Souza Mendonça disse que a autonomia acadêmica está sob ameaça. Ele afirmou

que tem havido ingerência do Ministério da Educação sobre as pesquisas e pediu a união das organizações para superar os desafios.

— As entidades sindicais devem compreender que ou a gente avança e cria espaços unitários para superar esse lugar de ataque a quem tem sonhos, ou a gente vai entrar num processo onde aquilo que lutamos para garantir levaremos 100 anos para recuperar.

O representante do IBGE, Paulo Jannuzzi, afirmou que os cortes no Orçamento são retrocessos que colocam o Brasil na contramão da história. Ele pediu o fortalecimento do instituto por meio de concursos públicos, ressaltando que o país seria ainda mais pobre sem as estatísticas do IBGE.

## Texto libera instalação de fábricas de armamentos

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa o PL 1.451/2019, que permite a instalação de fábricas civis de armas e munições. A proposta está em estudo pelo relator, Marcos do Val (Podemos-ES), e pela Consultoria do Senado.

O projeto permite a instalação de fábricas de armamento e a compra de armas e munições por policiais e bombeiros da ativa e aposentados diretamente das fábricas. Terão preferência o governo federal, as Forças Armadas, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, polícias civis, polícias militares, corpos de bombeiros militares, guardas municipais, corporações de inspetores e



Projeto de autoria de Flávio Bolsonaro tem Marcos do Val como relator

agentes penitenciários e integrantes ativos e inativos das instituições informadas.

O autor, Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), argumenta que as mudanças “devem ampliar e contribuir para o impulso da indústria de defesa nacional,



elevando os patamares de competitividade, pesquisa, produção, desenvolvimento de tecnologia e excelência, aumentando a capacidade produtiva e tornando o Brasil mais competitivo junto ao mercado externo”.

## Projeto garante segunda via de bilhete rodoviário

A Comissão de Infraestrutura (CI) pode votar hoje, às 9h, a obrigatoriedade de que empresas de transporte coletivo rodoviário emitam bilhetes identificados com os dados do passageiro. A regra vale para empresas que fazem viagens interestaduais e internacionais.

O PLC 153/2015 também determina o arquivamento dos dados do passageiro até que a viagem seja feita.

A intenção do autor, deputado Hugo Leal (PSD-RJ) é facilitar a emissão de segunda via do bilhete, em caso de perda. O relator na CI, Carlos Viana

(PSD-MG), observou que a medida já está prevista em uma resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Na opinião do senador, a edição de uma lei específica a respeito do tema trará maior segurança aos passageiros.

## Empresas de telecomunicação podem ter ranking publicado

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) poderá ser obrigada a publicar todo mês os indicadores de qualidade das empresas que prestam serviços de telecomunicações. Essa é a determinação de um projeto que pode ser votado pela Comissão de Fiscalização e Controle, em reunião marcada para hoje, às 10h30.

Pelo projeto (PLS 159/2016), de Telmário Mota (Pros-RR), a Anatel terá de fazer a publicação mensal de indicadores de qualidade e de reclamações dos serviços de interesse coletivo, que deverão ser divulgados, inclusive pela internet, no máximo de 30 dias após o período de aferição.

O senador argumenta que uma forma eficiente de estimular a melhoria da qualidade no setor de serviços de telecomunicações — que tem sido campeão de reclamações nos órgãos de defesa do consumidor — é divulgar, de forma ampla, índices que permitam aos usuários a comparação objetiva entre as diferentes prestadoras que atuam no segmento.

Desse modo, acrescenta Telmário, seria estimulada a adoção de medidas efetivas de



Intenção de Telmário Mota é melhorar qualidade do serviço

incremento na qualidade do atendimento, tendo em vista que as empresas com melhores indicadores tenderão a receber um número maior de novos clientes. Ele lembra ainda que a Anatel divulga em seu site o chamado Índice de Desempenho no Atendimento (IDA), mas não tem mantido esses indicadores atualizados.

O relator, Jorge Kajuru (Patriota-GO), é favorável à matéria. Na visão do senador, a proposição “se mostra adequada e contribui para o aperfeiçoamento das normas de proteção do consumidor dos serviços de telecomunicações”. Se aprovado na CTFC, o projeto seguirá para a análise da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

## Economia solidária na merenda escolar pode ser analisada hoje

A Comissão de Educação (CE) pode analisar hoje projeto que dá a produtores rurais e cooperativas que operam em regime de economia solidária a preferência como fornecedores dos produtos da merenda escolar.

O PLS 292/2018, do senador Otto Alencar (PSD-BA) inclui a economia solidária na cota preferencial de 30% dos recursos do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), que são usados para comprar a produção da agricultura familiar.

Na cota, também são priorizadas a produção de assentamentos da reforma agrária, a indígena e a quilombola. O projeto recebeu parecer favorável do relator, Nelsinho Trad (PSD-MS), e será votado em caráter terminativo.

Também está na pauta o PLC 3/2016, que trata do acompanhamento pedagógico para os alunos de baixo rendimento. Pelo texto, a oferta do serviço será efetivada no decorrer do processo de aprendizagem.

Autor da proposta, o ex-deputado Eduardo Cunha justifica que a intenção é estimular o atendimento específico em escolas públi-



Otto é autor do texto que dá preferência a economia solidária

cas de ensino fundamental e médio dos estudantes com baixo rendimento escolar e, com isso, reduzir os índices de repetência e evasão.

O texto será analisado na forma de um substitutivo do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que ainda acatou emenda da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) para tornar explícito que o acompanhamento pedagógico ocorrerá de preferência paralelamente ao período letivo, e não no final de cada bimestre, como previa o projeto original.

A comissão pode votar ainda projetos que criam datas comemorativas, como o Dia Nacional da Filantropia, em 20 de outubro (PL 2.177/2019).